



A UE na resposta à crise

Nos últimos meses, os Conselhos Europeus sucedem-se quase à mesma velocidade com que se edita a nossa Newsletter. A UE continua a tentar desbravar caminho para encontrar uma resposta à crise económica e financeira que se arrasta desde 2009. As conclusões do Conselho de 1 e 2 de Março estão disponíveis em http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/ec/128565.pdf Foi recentemente publicado o Relatório da Actividade da União Europeia em 2011 e por isso, destacamos nesta edição as questões mais relevantes,

sublinhando as medidas de combate à crise, mas também as negociações que levaram à adesão do 28º membro da UE em 2013 – a Croácia.

Assinalou-se, no dia 5 de Março o Dia Europeu da Igualdade Salarial, iniciativa lançada pela Comissão Europeia, pela primeira vez em 2011, e o dia 8 de Março é o dia Internacional da Mulher. Por estes motivos, parece-nos pertinente apresentar aqui alguns dados reveladores das disparidades salariais entre homens e mulheres que ainda persistem na Europa.

A actividade do Centro Europe Direct tem-se centrado na dinamização do

Curso de Estudos Europeus Jean Monnet, que iniciou no dia 29 de Fevereiro e termina a 13 de Junho e contará com a participação de especialistas em assuntos europeus e deputados do Parlamento Europeu. Esta iniciativa, apoiada pelo Programa Jean Monnet da Comissão Europeia, engloba ainda a realização de seminários sobre cidadania europeia em escolas secundárias e do 2º e 3º ciclos da região, que pretendem sensibilizar os jovens para os seus direitos e deveres enquanto cidadãos europeus. Estas sessões irão decorrer entre Março e Abril em 10 escolas da região.

PÁGINA A PÁGINA

BREVES

2

IGUALDADE SALARIAL

3

PRESSEUROP

4

EU TUBE

4



O que fez a União Europeia em 2011?

O relatório anual enumera os resultados obtidos em 2011, nomeadamente, o reforço da governação económica, medidas para incentivar o crescimento e o emprego e a possibilidade de os cidadãos participarem no processo legislativo europeu.

No ano passado, a UE viu-se confrontada com uma série de desafios importantes, como a crise económica e financeira, movimentos de revolta no Norte de África e no Médio Oriente e a condução de negociações a nível mundial sobre as alterações climáticas, o comércio internacional e o desenvolvimento.

O Relatório Geral da UE de 2011 resume todas as atividades das instituições da UE nesses domínios levadas a cabo ao longo do ano.

Para fazer face à crise, a UE prosseguiu com a reforma de fundo das suas políticas económicas. Reforçou a governação económica com medidas destinadas a estreitar a coordenação política entre os países da UE, a fiscalizar os

orçamentos públicos e a impor sanções, se necessário. Em Dezembro, a UE adoptou um novo conjunto de regras destinadas a assegurar uma supervisão económica e orçamental.

Foram criados novos organismos à escala da UE para ajudar as entidades reguladoras nacionais a supervisionar o sector dos serviços financeiros.

A UE também tomou medidas destinadas a apoiar os países da zona euro a fazer face à crise da dívida pública. Por outro lado, estão em estudo medidas de longo prazo para apoiar os países que possam vir a necessitar de ajuda no futuro.

A UE continuou a ajustar os seus planos de recuperação para tornar a economia europeia mais competitiva. É de citar, a este respeito, o Acto para o Mercado Único, que identifica doze medidas prioritárias para melhorar o funcionamento da UE em prol dos consumidores, dos trabalhadores e das empresas.

A energia, o clima e o

ambiente também estiveram na ordem do dia. Os governos nacionais acordaram em acelerar a integração dos mercados energéticos e as infraestruturas da UE e em melhorar a eficiência energética.

No início de 2011, foi adoptada legislação que institui a Iniciativa de Cidadania. A partir de Abril de 2012, os cidadãos e outros grupos que obtenham apoio suficiente poderão convidar a Comissão a propor legislação europeia sobre questões específicas que lhes interessem, participando assim no processo legislativo da UE.

Na sequência dos movimentos de revolta no Norte de África e no Médio Oriente, a UE lançou, no mês de Maio, uma nova política europeia de vizinhança, baseada num empenhamento comum em favor da democracia.

Em Dezembro, a Croácia assinou o Tratado de Adesão à UE com vista a tornar-se o seu 28.º país membro em 1 de Julho de 2013.

Relatório integral da actividade da UE em 2011:
http://europa.eu/generalreport/pdf/rg2011_pt.pdf

Dia da Igualdade Salarial: as mulheres na Europa ainda ganham menos 16,4 % do que os homens



As mulheres na União Europeia continuam a ganhar em média menos 16,4 % do que os homens, segundo dados fornecidos pela Comissão Europeia no Dia Europeu da Igualdade Salarial. Esta é a segunda edição do Dia Europeu da Igualdade Salarial, lançado pela primeira vez pela Comissão Europeia, em 5 de Março de 2011. Este evento assinala, à escala da UE, o número de dias suplementares que as mulheres têm de trabalhar para auferir o mesmo montante de remuneração do que os homens. A Comissão Europeia quer sensibilizar a opinião pública sobre as disparidades salariais na UE. A poucos dias do Dia Internacional da Mulher, a 8 de Março, o Dia da Igualdade Salarial deste ano está especialmente centrado nos empregadores.

Os últimos dados disponíveis mostram que em 2010 a disparidade salarial foi de 16,4 % na União Europeia, confirmando a ligeira tendência para a diminuição observada nos últimos anos; as disparidades salariais chegaram a

atingir 17% ou mais. A taxa varia entre 2% na Polónia e mais de 27% na Estónia. A disparidade salarial – ou seja, a diferença média da remuneração horária bruta entre mulheres e homens no conjunto da economia – é ainda muito elevada, variando consideravelmente consoante os países e os sectores de atividade. A diferença espelha o problema do equilíbrio entre trabalho e vida privada: muitas mulheres tiram licenças parentais e trabalham a tempo parcial. Apesar da tendência ligeiramente positiva, existem Estados-Membros onde as disparidades salariais estão a aumentar, como Portugal, a Bulgária, a França, a Letónia, a Hungria e a Roménia.

As iniciativas de sensibilização são essenciais para dar a conhecer aos empregadores, trabalhadores e partes interessadas as razões por que continuam a existir disparidades salariais e o modo como podem ser reduzidas.

Reduzir as disparidades salariais entre homens e mulheres implica uma intervenção a vários níveis

para combater as suas múltiplas causas e é por isso que a Comissão colabora estreitamente com os Estados-Membros. Em Dezembro de 2011, a Comissão organizou um intercâmbio de boas práticas para colmatar as disparidades salariais. O governo alemão apresentou uma ferramenta, lançada em 2009 (software Logib-D), que permite às empresas analisar as disparidades salariais no seio das suas estruturas. A Áustria propôs nova legislação que obriga as empresas a melhorar a transparência das remunerações, mediante, por exemplo, a apresentação de relatórios anuais sobre as disparidades salariais.

Graças à legislação nacional e da UE em matéria de igualdade salarial, os casos de discriminação direta – diferenças salariais entre homens e mulheres que fazem exatamente o mesmo trabalho – diminuíram. Mas as disparidades salariais vão mais longe e refletem as desigualdades existentes no mercado de trabalho no seu conjunto.

Mais informação:

<http://ec.europa.eu/equalpay>

Depois da tempestade chegou a vez da política

A economia europeia parece ter sobrevivido ao pico da crise e enveredado pelo caminho da retoma. Mas esta depende agora, em larga medida, da capacidade dos políticos de porem de lado as hesitações e se abstrárem dos riscos eleitorais que os esperam.



Angela Merkel e Mario Monti estão de acordo e dizem que precisamos de "mais Europa" e que só uma maior harmonia política pode levar-nos a recuperar a esperança no futuro. A verdade, porém – e insisto nesse ponto –, é que a austeridade que se abate sobre as nossas economias em recessão é excessiva, precisamente por causa da desconfiança mútua que reina entre os nossos países. Essa desconfiança poderá ser ultrapassada, se nos unirmos ainda mais.

Resta saber se o ritmo a que a chanceler pretende avançar nessa direção não será demasiado lento. Porque, presentemente, de Berlim vêm palavras justas mas poucos actos, como salienta um grande alemão, o filósofo Jürgen Habermas. Talvez seja preciso esperar ainda um ano e meio, pelas eleições alemãs do outono de 2013, para vermos resolvidas de forma sustentável as questões em aberto.

As boas intenções manifestadas em 13 de Março pelos dois chefes de Governo - Mario Monti e Angela Merkel- têm valor, sobretudo num momento em que pouco se fala da Europa na campanha eleitoral francesa e em que, na realidade, Nicolas Sarkozy marca pontos nas sondagens, atacando algumas políticas europeias.

Novas regras menos rígidas

A forte crise que nos atingiu mostrou que os poderes públicos tinham um papel indispensável a representar, para corrigir a instabilidade dos mercados e submeter a algumas regras a energia destes últimos. Mas também mostra que

determinados poderes públicos – os países da zona euro – não têm peso suficiente. Em Paris, nem o Presidente em exercício, nem aquele que tem hipóteses de o derrotar, o socialista François Hollande, parecem ter ainda percebido isso.

Felizmente, outros elementos do quadro geral estão a mudar. O compromisso alcançado em 13 de Março com a Espanha, que dá a este país algumas tréguas nas medidas de redução do défice, torna um pouco menos cruel o aspecto do futuro pacto orçamental. Além disso, se nos debruçarmos sobre os seus aspectos técnicos, aperceber-nos-emos de que as novas regras de disciplina para as contas públicas são menos rígidas do que inicialmente pareciam.

Para já não falar no facto de que, além de provar a estima de que goza o nosso presidente do Conselho, o estranho anúncio da candidatura de Mario Monti à presidência do Eurogrupo, é um efeito colateral do jogo de cadeiras em curso. Talvez as angústias do Bundesbank sejam aplacadas com a chegada à Comissão Executiva do Banco Central Europeu do luxemburguês Yves Mersch (um "falcão" ao estilo alemão), no cargo que até agora parecia estar destinado a um espanhol. Se assim for, tornar-se-á urgente substituir o presidente do Eurogrupo, o luxemburguês Jean-Claude Juncker, que se tem mantido na presidência por falta de alternativas.

Uma fase propícia às mudanças

A pesar de, em Bruxelas, tal como

em Paris e Berlim, a classe política ter reagido tarde e de forma confusa, a fase atual de desanuviamento em curso nos mercados financeiros facilita algumas alterações. As diferenças de competitividade entre os países, que prejudicam a coesão da zona euro, poderão ser atenuadas na Alemanha, não através da acção do Governo, mas através da acção dos sindicatos, que se preparam para exigir grandes aumentos salariais. Se os conseguirem, a vantagem de que a Alemanha beneficia em relação aos outros países reduzir-se-ia.

No entanto, continua a avançar-se de um modo um tanto confuso, que envolve o risco de se vir a tropeçar em novos obstáculos. Se se realizassem no próximo mês, as eleições legislativas antecipadas na Grécia iriam quase de certeza prejudicar a qualidade do Governo; e seriam de prever novas medidas de austeridade, para 2013. Por outro lado, no próximo verão, será provavelmente necessário conceder um segundo pacote de ajuda a Portugal.

A Itália só ficará fora de perigo, se o seu aparelho produtivo recommençar a crescer. Entretanto, o que não é pouco, já reconquistou o seu pleno direito a participar na definição das opções a tomar pela Europa. A ameaça constituída pelo spread [diferenciais de juros relativamente aos bilhetes do Tesouro alemães] obrigou-nos a tomar boas decisões no plano económico. Esperemos que não venhamos a ter de lamentar essas decisões perante novas turbulências da nossa política..

Fonte: [Stefano Lepri](#) no [La Stampa](#), Turim in [PRESSEUROP](#)

EU TUBE

Proteger os seus direitos—combater a discriminação

Nos 27 países da União Europeia vivem cerca de 500 milhões de habitantes. Temos o direito de viver, trabalhar, viajar e comprar no espaço europeu. Realizamos mais de 1 milhar de milhão de viagens entre países por ano e perto de 12 milhões de cidadãos vivem num outro país europeu que não o da sua nacionalidade. Por vezes, deparamo-nos com alguns obstáculos aos nossos direitos e à nossa liberdade de circulação na Europa. A UE está a trabalhar para garantir que todos podemos beneficiar dos mesmos direitos no nosso dia-a-dia.

Clique aqui para ver o vídeo

http://www.youtube.com/watch?v=2kF_WWNICLo&feature=relmfu

